

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 17 | Número 1 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

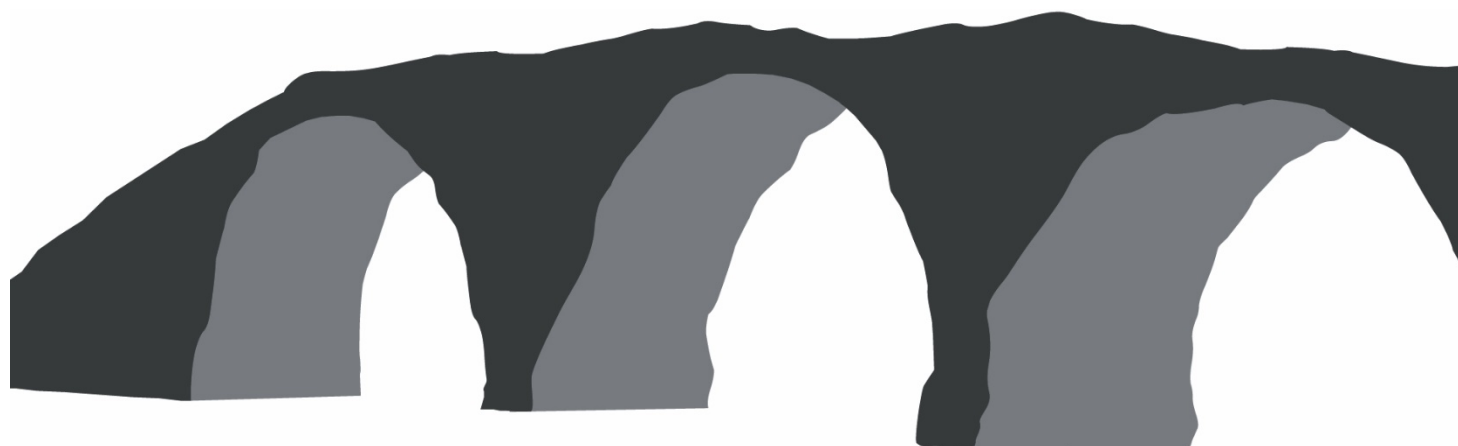
**ARQUEOLOGIA DE PEDREIRAS: RECONHECENDO O PAPEL DAS ROCHAS
NA HISTÓRIA DA VILA MANGARATIBA, RJ**

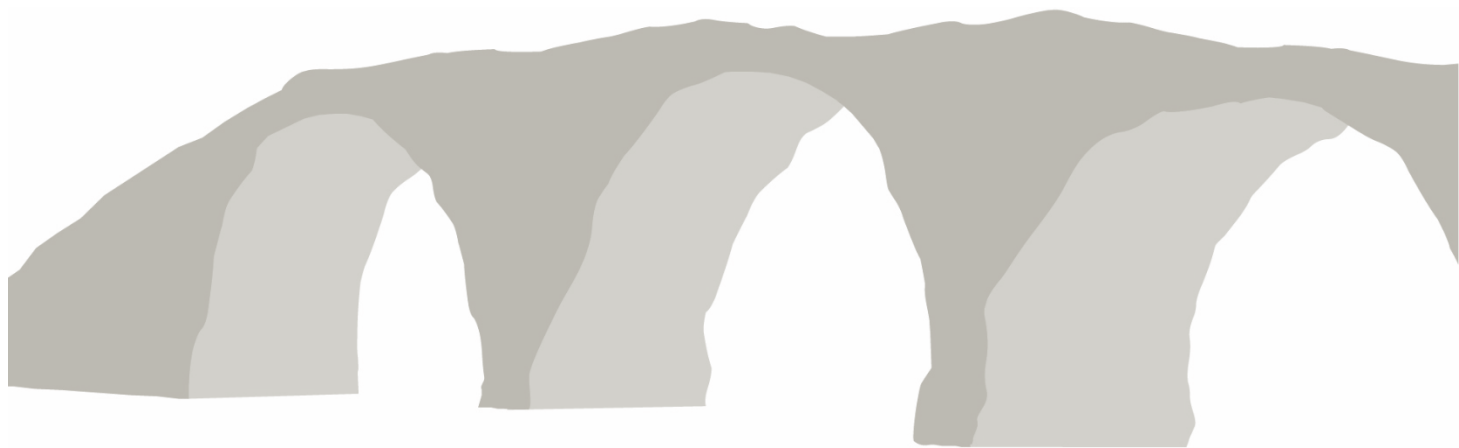
**ARQUEOLOGÍA DE CANTERAS: RECONOCIENDO EL PAPEL DE LAS ROCAS
EN LA HISTORIA DE VILA MANGARATIBA, RJ**

**QUARRY ARCHAEOLOGY: RECOGNIZING THE ROLE OF ROCKS IN THE
HISTORY OF VILA MANGARATIBA, RJ**

Soraya Almeida

Maristela Almada Gomes de Oliveira





Submetido em 02/08/2021.

Revisado em: 06/09/2022.

Aceito em: 20/12/2022.

Publicado em 23/01/2023.

ARQUEOLOGIA DE PEDREIRAS: RECONHECENDO O PAPEL DAS ROCHAS NA HISTÓRIA DA VILA MANGARATIBA, RJ

ARQUEOLOGÍA DE CANTERAS: RECONOCIENDO EL PAPEL DE LAS ROCAS EN LA HISTORIA DE VILA MANGARATIBA, RJ

QUARRY ARCHAEOLOGY: RECOGNIZING THE ROLE OF ROCKS IN THE HISTORY OF VILA MANGARATIBA, RJ

Soraya Almeida¹

Maristela Almada Gomes de Oliveira²

RESUMO

Mangaratiba, na costa sul do Rio de Janeiro, é conhecida pela importância comercial de seu porto durante o século 19, quando a cidade funcionava como elo de ligação entre o litoral, o Vale do Paraíba e o Sul de Minas Gerais. A cidade também é conhecida por sua relação com Joaquim José de Souza Breves, um dos maiores produtores rurais do Brasil durante o Ciclo do Café. A importância da exploração de rochas na cidade nesse período é, no entanto, desconhecida. Durante a conversão da antiga aldeia, nascida como povoado indígena no século XVII, em uma comunidade de ascendência europeia, casas de adobe foram substituídas por casas de pedra e cal e a mineração tornou-se uma atividade relevante. A matéria-prima utilizada nas obras foi retirada de pedreiras localizadas em duas áreas próximas à vila, hoje incorporadas ao tecido urbano. As rochas dessas pedreiras foram analisadas e reconhecidas em edificações que fazem parte do patrimônio histórico de Mangaratiba, incluindo o Cruzeiro de Pedra, ao qual a tradição popular erroneamente atribui uma origem portuguesa.

Palavras-chave: pedreira, história da mineração, cantarias, alvenaria de pedra.

¹ Doutora em Geologia na área de Petrologia e Mineralogia pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Petrologia e Geotectônica, Instituto de Geociências, UFRJ. E-mail: salmeida1966@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7090-780X>

² Geóloga, Mestre em Geologia pelo Programa de Pós-graduação em Modelagem e Evolução Geológica, Instituto de Geociências, UFRJ. E-mail: maristelaalmadaufrj@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5344-2756>

RESUMEN

Mangaratiba, en la costa sur de Río de Janeiro, es conocida por la importancia comercial de su puerto durante el siglo XIX, cuando la ciudad servía de enlace entre la costa, el Valle de Paraíba y el sur de Minas Gerais. La ciudad también es conocida por su relación con Joaquim José de Souza Breves, uno de los mayores productores rurales de Brasil durante el Ciclo del Café, pero se desconoce la importancia de la exploración de rocas en la ciudad durante este período. Durante la conversión de la ciudad, nacida como aldea indígena en el siglo XVII, en una comunidad de ascendencia europea, las casas de adobe fueron reemplazadas por casas de piedra y cal y la minería se convirtió en una actividad relevante. La materia prima utilizada en las obras procedía de canteras ubicadas en dos zonas próximas al pueblo, que ahora se incorporan al tejido urbano. Las rocas de estas canteras fueron analizadas y reconocidas en edificios que forman parte del patrimonio histórico de Mangaratiba, entre ellos el Cruzeiro de Pedra, al que la tradición popular atribuye erróneamente un origen portugués.

Palabras clave: cantera, historia minera, albañilería, arquitectura de piedra.

ABSTRACT

Mangaratiba, on the south coast of Rio de Janeiro, was known for the commercial importance of its port during the 19th century, when the city served as a link between the coast, the Paraíba Valley and the south of Minas Gerais. The city is also known for its relationship with Joaquim José de Souza Breves, one of the largest rural producers in Brazil during the Coffee Cycle. The importance of rock exploration in the city during this period is, however, unknown. Primitive adobe houses were replaced by stone and lime houses during the conversion of the indigenous village of Mangaratiba into a community inhabited by European descent. The raw material used in the constructions were taken from quarries located in two areas next to the town and are now incorporated into the urban fabric. The rocks from those quarries were analyzed and recognized in buildings that are now part of the historical heritage of Mangaratiba, including the Stone Cruise, to which popular tradition erroneously attributes a Portuguese origin.

Keywords: quarry, mining history, masonry, stone architecture.

INTRODUÇÃO

A cidade de Mangaratiba, situada às margens da Estrada Rio-Santos, no litoral sul do Rio de Janeiro, surgiu como aldeamento formado por índios catequizados trazidos de Porto Seguro no século XVII a mando de Martim Correia de Sá (Araújo, 1820; Saint Adolphe, 2014). No século XIX, a aldeia transformou-se em importante entreposto comercial, recebendo e distribuindo mercadorias provenientes do Vale do Paraíba e do sul de Minas Gerais. Nesse período, grandes armazéns foram erguidos com alvenaria de pedra para estocagem de produtos e, com a chegada de moradores de ascendência europeia, as antigas habitações de pau-a-pique também foram substituídas por edifícios de pedra (Taunay, 1945).

Ao final do século XIX, o povoado sofreu forte retração econômica motivada, principalmente, pela construção da linha ferroviária entre a cidade do Rio de Janeiro e Barra do Pirai, o que reduziu a importância da estrada que ligava o porto de Mangaratiba ao Vale do Paraíba. Em 1870, a ferrovia chegou à cidade de São Paulo provocando a estagnação econômica, não apenas de Mangaratiba, mas da maioria das vilas litorâneas fluminenses e paulistas que tinham seus portos como principal fonte de renda (Barcelos, 1959; Taunay, 1939).

A partir de então, Mangaratiba entrou em decadência e perdeu grande número de moradores. A situação foi revertida apenas na década de 1970, com a construção da rodovia BR-101 (Rio-Santos) que promoveu a indústria turística, hoje principal atividade econômica do município.

Da antiga vila, restam apenas alguns edifícios de pedra e obras em cantaria cujas rochas testemunham a importância da atividade mineira durante o ciclo cafeeiro, como será demonstrado nesse trabalho por meio da integração de pesquisa geológica, arqueológica e histórica.

PEDRAS COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NA ANTIGA VILA

Em meados do século XVIII, a Aldeia de Mangaratiba possuía em torno de quatrocentos moradores e setenta casas de pau-a-pique. A única construção de pedra era a igreja (Araújo, 1820), erguida em 1700 (IBGE, 1948; Medeiros, 1966). Configuração semelhante foi encontrada por Johann Baptist Emanuel Pohl, quando visitou Mangaratiba entre 1817 e 1821. Segundo o naturalista, não existiam, então, mais que 60 construções de pau-a-pique ao redor da igreja (Pohl, 1970).

Entretanto, apesar das construções de barro ainda dominarem no início do século XIX, o uso de pedras na construção de moradias foi emblemático durante a fase de transição da aldeia indígena para um povoado de ascendência europeia. Nesse período, colonos portugueses ergueram casas de pedra gerando inquietação nos antigos moradores, que se sentiram ameaçados pelas novas construções. Acreditavam os aldeões que os edifícios prenunciavam sua expulsão de Mangaratiba, tal como ocorrera com os índios da aldeia de Itaguaí no final do século XVIII. Movidos por esse temor, destruíram em 1806 as colunas de sustentação e alicerces de casas em construção e ameaçaram seus proprietários de expulsão caso insistissem no uso de alvenaria. A resistência ao uso de pedra persistiu mesmo após o governo comunicar, oficialmente, que obras de alvenaria haviam sido autorizadas, e a rebelião teve fim somente após a prisão de seus líderes em 1807 (Silva, 1854).

Com o aumento do número de colonos e da riqueza advinda da agricultura e do comércio, as construções de pau-a-pique começaram a desaparecer. O geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege (Barão

Eschwege) que se hospedou em Mangaratiba em 1810 relatou que boas casas de pedra haviam sido construídas graças ao crescimento econômico dado pelas plantações de café nas regiões vizinhas à aldeia (Sommer, 1965).

A substituição das casas de pau-a-pique por construções de pedra deu-se sem alteração significativa do número total de residências, pois quando Mangaratiba foi elevada à categoria de vila em 1831, o povoado ainda possuía em torno de setenta casas (Brandão, 1936). Em 1835, houve um aumento considerável de edifícios, sendo computados em torno de cem casas (Bondim, 2014). Nesse período, poucos eram os descendentes dos índios ainda residentes na vila, pois a maioria havia aforado ou arrendado suas terras aos colonos (Sessão da Câmara, 1833).

Construções em pedra também foram erguidas fora do perímetro da antiga aldeia e nas zonas rurais. Ainda na primeira metade do século XIX surgiram as primeiras casas na planície do Saco de Mangaratiba, ao norte da vila, e que viria a se tornar o principal empório dos produtos que desciam as montanhas (Dantas, 1934). Pedras também foram utilizadas na construção das baterias cruzadas de Mangaratiba e de Nossa Senhora da Guia (Souza, 1885; Barreto, 1958) edificadas, provavelmente, entre 1818 e 1822, período em foram erguidas as fortalezas de Itaguaí, Sepetiba e Guaratiba, também localizadas no litoral sul do Rio de Janeiro. O fato de os canhões do Forte da Guia possuírem o brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (Pires, 1954) vigente entre 1815 e 1822, reforça a hipótese de uma origem nesse intervalo.

Encerrado o período de pujança econômica, a região passou por um esvaziamento populacional e muitos edifícios foram abandonados. Com o passar do tempo, a maioria das antigas construções foi demolida ou descaracterizada. Em 1898, o centro da cidade possuía 80 casas (Bondim, 2014), número menor que o registrado em 1835. Também desapareceram as baterias cruzadas, que em 1904 foram desmontadas para passagem da linha de trem proveniente do ramal de Santa Cruz (É Fantástico!, 1916; Pires, 1954).

Na década de 1930, restavam poucas casas oitocentistas (Brandão, 1936) e, nos dias atuais essas são ainda mais raras. Entre as construções remanescentes estão a Igreja Nossa Senhora da Guia; as casas conjugadas conhecidas como Vila Eloá, construídas em 1822; a casa de Luiz Fernandes Monteiro (Barão do Sahy), erguida em 1831; a residência do capitão Manoel João Pinheiro, de 1832, e o prédio do Centro Cultural Cary Cavalcanti, construído em 1861 (O Futuro do Passado, 1988; Castro, 2012; Bondim, 2014; Prefeitura Municipal de Mangaratiba, 2019). Além dessas construções, estão preservados o Cruzeiro de Pedra e a fonte pública (Chafariz Imperial), também erguidos com rochas.

OBRAS HISTÓRICAS E SUAS ROCHAS

O Cruzeiro de Pedra, instalado no largo defronte a Igreja de Nossa Senhora da Guia, é tido pela população como a mais antiga dentre as obras construídas com rochas em Mangaratiba (Figura 1a). Trata-se de uma cruz latina trabalhada em cantaria, com extremidades em forma de trevos e com a inscrição JNRJ (*Jesus Nazarenus Rex Judeorum*) em alto relevo, na haste vertical (Figuras 1c, 1d). Composta por três degraus, o suporte do cruzeiro apresenta a palavra *FABRIQRº*, as iniciais *IJM* e a data *1845* grafadas em uma das faces (Figura 1b).

Durante as festas comemorativas da padroeira de 2013, o cruzeiro tombou em decorrência de uma forte ventania (Ornamentação da Festa, 2013) e, em 2017, quando foram realizadas as pesquisas de campo deste trabalho, apenas sua base estava no largo (Figuras 1b, 1g). O topo da peanha, a haste vertical e os patibulos aguardavam reparos sob a custódia do Centro Cultural Professor Cary Cavalcanti (Figuras 1b, 1c, 1e). Em 2019, a cruz foi restaurada e realocada defronte à igreja (Rangel, 2019).



Figura 1. (a) Cruzeiro de Pedra e Igreja Nossa Senhora da Guia, sem data. (Fonte: Prefeitura de Mangaratiba, 2020), (b) face com inscrição em alto relevo, (c) patibulos e haste vertical, (d) inscrição na haste vertical, (e) peanha e parte inferior da haste vertical, (f) detalhe da fotografia (a) com indicações das partes desmembradas, (g) degraus da base quadrangular (Fonte: fotografias do autor).

De acordo com tradição, a cruz seria proveniente de Portugal (Vianna, 2009; Ornamentação da Festa, 2013; Rangel, 2019). Entre os moradores, é comum a crença de que a mesma é formada pela rocha conhecida como Pedra Lioz, um calcário típico dos arredores de Lisboa. A análise petrográfica demonstrou, contudo, que a cruz foi elaborada com rochas da região de Mangaratiba. Trata-se de um granito cinza claro, equigranular, contendo, como minerais essenciais, quartzo, microclina e plagioclásio e, como minerais acessórios, biotita, allanita e titanita. A distribuição de allanita é irregular e as cantarias exibem manchas avermelhadas nas zonas de maior concentração desse mineral (Figura 2a). As rochas dos blocos da base apresentam estrutura relativamente homogênea (Figura 2c). As hastes, entretanto, exibem enclaves de gnaisses com poucos centímetros de comprimento, ao redor dos quais há cristais de biotita orientados por fluxo ígneo (Figura 2b). Contatou-se que a presença de um enclave na haste induziu a ruptura ocorrida em 2003, pois a quebra deu-se em uma zona de fragilidade estrutural resultante da existência de um acumulado de cristais de microclina de granulação grossa na adjacência do enclave (Figura 2d). A quebra permitiu confrontar os efeitos do

intemperismo sobre a superfície exposta com o interior inalterado. As modificações mais significativas foram perda de brilho e mudança de cor de cinza claro para cinza rosado, alterações essas também observadas em afloramentos (Figura 2c).

Os estudos de campo descartaram, portanto, a possibilidade de proveniência externa do cruzeiro. Segundo a crença popular, esse teria sido produzido em 1700 e colocado em sua posição atual após ser transferido do antigo cemitério. O deslocamento teria sido de poucos metros, pois os mortos deixaram de ser enterrados no interior da igreja desde 1838, quando passaram a ser sepultados ao seu redor (Castro, 2012; Bondim, 2014). Como a ação das águas do mar esporadicamente expunha os corpos enterrados, a Câmara Municipal propôs, em 1845, a criação de um novo cemitério (Bondim, 2014), mas somente em 1855 o Governo Provincial autorizou a compra de um terreno na planície do Saco, onde hoje se encontra o cemitério atual (Castro, 2012). Mas, apesar da autorização e das instâncias dos moradores, o cemitério demorou mais de vinte anos para ser concluído. No ano seguinte à compra do terreno, o Senador Leopoldo Domingos Caminada, fazendeiro e negociante da região, encaminhou a Assembleia Provincial um projeto de concessão de verba visando sua finalização (Assembleia Provincial, 1856). O projeto, aprovado em primeira instância (Assembleia Provincial, 1856b) foi, porém, rejeitado em agosto de 1857 (Assembleia Provincial, 1857).

Em 1862, a proposta de regulamentação do cemitério de Mangaratiba ainda circulava na câmara (Assembleia Legislativa Provincial, 1862) e nem mesmo a ordem determinando seu término, dada pelo médico Pedro Afonso Denis durante o surto de cólera de 1867 (Bondim, 2014) resultou na liberação de verba, somente aprovada em 1872 (Assembleia Provincial, 1872).

O cemitério foi finalmente concluído em 1876, ano em que recebeu o corpo de Jacinta Rosa Monteiro, esposa do Barão do Sahy (O Futuro do Passado, 1988) e a transferência do cruzeiro para o local atual deu-se em 1885 (Mangaratiba Quer, 1968; Mar, Rios e Cachoeiras, 1968; Mangaratiba Cidade Joia, 1969), possivelmente em consequência da reforma da Igreja Nossa Senhora da Guia, levada a cabo nesse ano (Assembleia Legislativa Provincial, 1885).



Figura 2. Rochas do Cruzeiro de Pedra. (a) Enclave rico em allanita (zonas avermelhadas), (b) foliação na haste vertical, (c) bloco da base e amostra de granito de afloramento local, (d) concentrado de microclina na zona de ruptura (Fonte: fotografias do autor).

O longo intervalo de tempo entre a decisão de transferência do cemitério, sua inauguração e o reposicionamento da cruz contribuíram à construção da lenda que atribuía a cruz uma origem portuguesa setecentista. O monumento, muito provavelmente, foi produzido em 1845, data inscrita em sua base e ano em que a Câmara Municipal propôs a criação do cemitério municipal. A palavra *Fabriqr^o* posicionada acima da data corresponde a abreviatura de “fabiqr^o” (Flexor, 2008), termo então utilizado para designar o membro do conselho paroquial encarregado de coletar e administrar os rendimentos de uma igreja. As três letras IJM que se seguem a *Fabriqr^o* designam, portanto, o responsável pela produção da cruz. Essas letras coincidem com as iniciais de Ignácio José de Morais, fazendeiro e negociante de café em Mangaratiba em meados do século XIX, e que também atuou como juiz de órfãos e subdelegado (Laemmert, 1847, 1852, 1858), existindo a possibilidade de ter sido ele o *fabiqr^o* encarregado da construção do cruzeiro.

Defronte à cruz está a Igreja Nossa Senhora da Guia, no local onde antes existiu o primeiro templo de Mangaratiba, erguido em 1700. Na reedificação, iniciada em 1775, foram aproveitadas paredes do antigo templo (Araújo, 1820), o que faz da igreja a construção com as alvenarias mais antigas de Mangaratiba.

Quando Monsenhor Pizarro esteve na vila em 1794, as obras da igreja ainda estavam em andamento, mas as paredes de pedra já haviam sido finalizadas e as janelas e portas dotadas de cantarias. Também estavam acabadas, mas não instaladas, as molduras de pedra da porta principal (Araújo, 2008). O novo templo, iniciado pelo padre Salvador Francisco da Nóbrega, foi concluído no ano seguinte pelo padre Joaquim José da Silva Feijó e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico em 1967 (Carrazzoni, 1987).

As alvenarias de pedra da igreja estão hoje revestidas, mas as cantarias da fachada permanecem desnudas. O material utilizado na produção das molduras do portal foi o mesmo granito empregado na fabricação do cruzeiro (Figuras 3a, 3e). A soleira da porta é formada por gnaiss migmatítico de granulação média e coloração cinza escuro, com pequeno volume de bandas félsicas lateralmente descontínuas (Figuras 3b, 3e). As cantarias das janelas foram produzidas com um granito distinto do usado nos portais, contendo microclina rosa de granulação grossa, com até cinco cm., envolvida por matriz cinza escura de granulação média contendo quartzo, plagioclásio e biotita (Figuras 3c, 3d). Nota-se, nas peças do peitoril, um estiramento sutil dos feldspatos por efeito de deformação metamórfica.

A fachada da igreja é revestida por azulejo semi-industriais, tidos como do século XIX (Carrazzoni, 1987), talvez adicionados durante a reforma de 1885. A estampilha (Figuras 3c, 3d, 3f) chama a atenção pela singularidade do tema: simulam uma alvenaria de pedra (!). Simulacro semelhante é encontrado em afrescos das paredes internas do Matadouro Imperial de Santa Cruz, inaugurado em 1881, a aproximadamente 40 km de Mangaratiba, existindo a possibilidade de terem sido elaborados pelo mesmo artesão.

No interior da igreja há uma pia batismal esculpida em gnaiss porfiroclástico cuja composição e textura indicam tratar-se de um exemplar gnaissificado do granito utilizado na confecção das cantarias das janelas (Figuras 3g, 3h). A instalação dessa pia é posterior a 1794, pois quando Monsenhor Pizarro esteve em Mangaratiba, a pia batismal da igreja era de louça (Araújo, 1820).



Figura 3. Igreja Nossa Senhora da Guia. (a) granito do portal principal, (b) soleira em gnaiss migmatítico, (c) e (d) janelas com molduras em granito de granulação grossa (e) contraste entre granito (portal) e gnaiss (soleira), (f) estampilha simulando alvenaria de pedra, (g) e (h) pia batismal em gnaiss porfiroclástico (Fonte: fotografias do autor).

Também construído com alvenaria de pedra e cantarias, o chafariz público erguido em 1852 no extremo sul da Vila de Mangaratiba, foi tombado em 1983 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC, 1983) e hoje é conhecido como Chafariz Imperial (Figura 4). Trata-se de um chafariz de espaldar, tipo mais comum em Portugal durante a Idade Média (Estrela, 2017) e no Brasil durante o período colonial.

De arquitetura singela, o Chafariz Imperial de Mangaratiba é um elemento representativo das condições de vida dos habitantes do período. A água da fonte era utilizada para todos os fins domésticos e para hidratação

de animais, sendo essencial à sobrevivência da população e, como bem público, também funcionava como ponto de integração social. O corpo central, de aproximadamente quatro metros quadrados, é dotado de três bicas por onde a água fluía ininterruptamente sobre uma plataforma de pedra no qual eram colocados os vasilhames, o que facilitava a coleta de água (Figura 4c). Uma canaleta conduzia a água da plataforma para um tanque lateral que também recebia água da nascente por um conduto (Figura 4d). Em 1930 a vazão permanecia contínua em apenas uma das bicas, como pode ser observado em cena do filme Limite (Peixoto, 1931). Atualmente, a fonte possui apenas uma torneira moderna, fixada na rosácea central.

O Chafariz Imperial está respaldado em afloramento de gnaiss migmatítico cinza escuro com camadas dispostas em dobras assimétricas. Nele, observa-se um enclave tabular de anfibolito, com aproximadamente dois metros de largura.

O fontanário possui três diferentes tipos de rochas: (1) gnaiss porfiroclástico (granito porfirítico gnaissificado) com megacrístais de microclina rósea de até cinco cm.; (2) gnaiss milonítico, de coloração cinza escura com porfiroclasto de plagioclásio com até um cm. e (3) granito equigranular, de granulação média, cinza rosado, com sutil orientação dada por alinhamento de biotita (Figura 4). Essas rochas são equivalentes, respectivamente, às utilizadas (1) na confecção das molduras de janelas e na pia batismal da Igreja Nossa Senhora da Guia, (2) na soleira da mesma igreja e (3) na produção do Cruzeiro de Pedra.

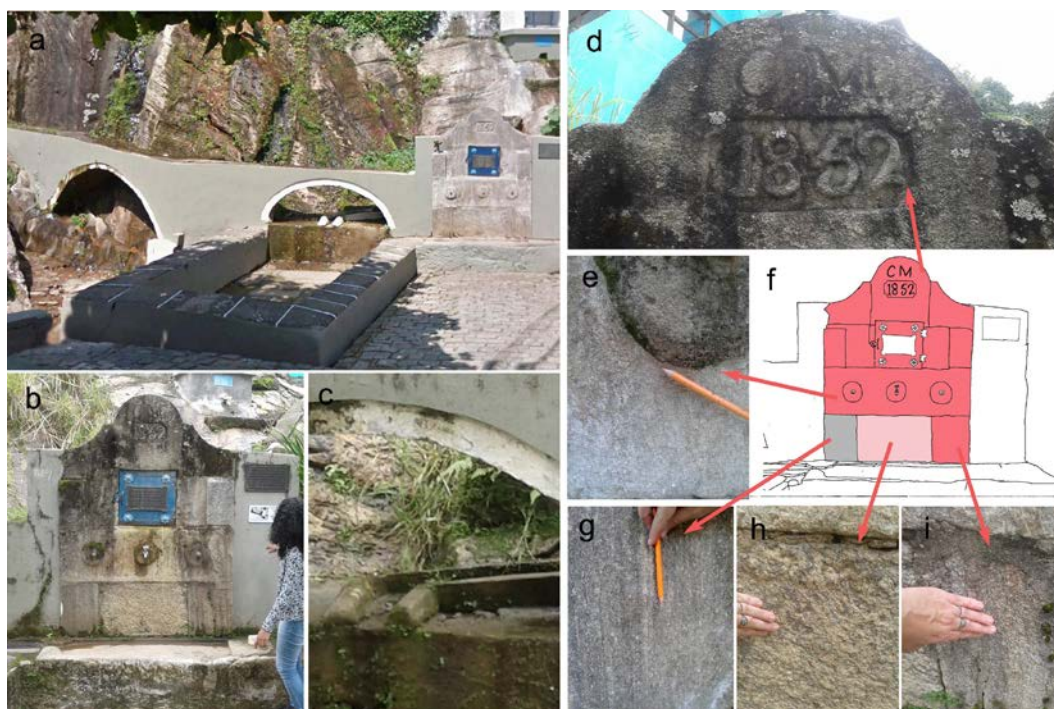


Figura 4. (a) Aspecto do Chafariz Imperial em 2011 (Fonte: Google Earth), (b) corpo central do chafariz, (c) canaleta de condução de água ao tanque. Rochas das cantarias: (d,e) granito equigranular, (f) desenho esquemático indicando posição das cantarias fotografadas, (g) gnaiss milonítico (i) granito com orientação de biotita; (h) gnaiss porfiroclástico (Fonte: fotografias do autor).

As rochas do espaldar apresentam graus distintos de alteração. O gnaiss porfiroclástico de composição granítica é, dentre todos, o mais preservado. Os demais, por serem mais ricos em biotita, exibem superfície rugosa devido a desagregação do filossilicato, que é mais acentuada no gnaiss milonítico. Uma das cantarias de gnaiss, contudo, apresenta grau de alteração muito inferior às demais, indicando substituição da peça original. Imagens do filme Limite (Peixoto, 1931) confirmam a troca desse bloco e revelam, também,

alterações realizadas nos arcos laterais (Figura 5). Fotografia ilustrativa de reportagem do jornal O Globo (O Futuro do Passado, 1988) demonstra que essas alterações são recentes pois na data da publicação ainda existiam os três arcos descritos em 1983 no registro do tombamento. Hoje, são apenas dois arcos.

Fotografias do filme Limite (Peixoto, 1931) ilustram o uso ostensivo de pedras em edifícios e pavimentos do século XIX (Figuras 5c, 5d, 5e). Atualmente, poucas das habitações oitocentistas mantêm suas características originais. A maioria foi demolida ou teve sua fachada drasticamente modificada e as alvenarias das construções remanescentes estão revestidas, o que impossibilita o levantamento de suas propriedades. Aparelhos de alvenarias estão expostos no Centro Cultural Professor Cary e na sede da Fundação Mário Peixoto. Entretanto, os blocos de rochas nessas construções foram cobertos com resina opaca, o que impede a análise petrográfica. Rochas desnudas em ruínas de uma habitação localizada entre os números 72 e 80 da rua Coronel Moreira da Silva (Figura 6a) revelam o uso de granito correlato ao usado nas cantarias do Cruzeiro de Pedra (Figura 6b) como alvenaria. Fragmentos de conchas nas argamassas que revestem os blocos evidenciam o uso de valvas na produção da cal aglutinante (Figura 6c).

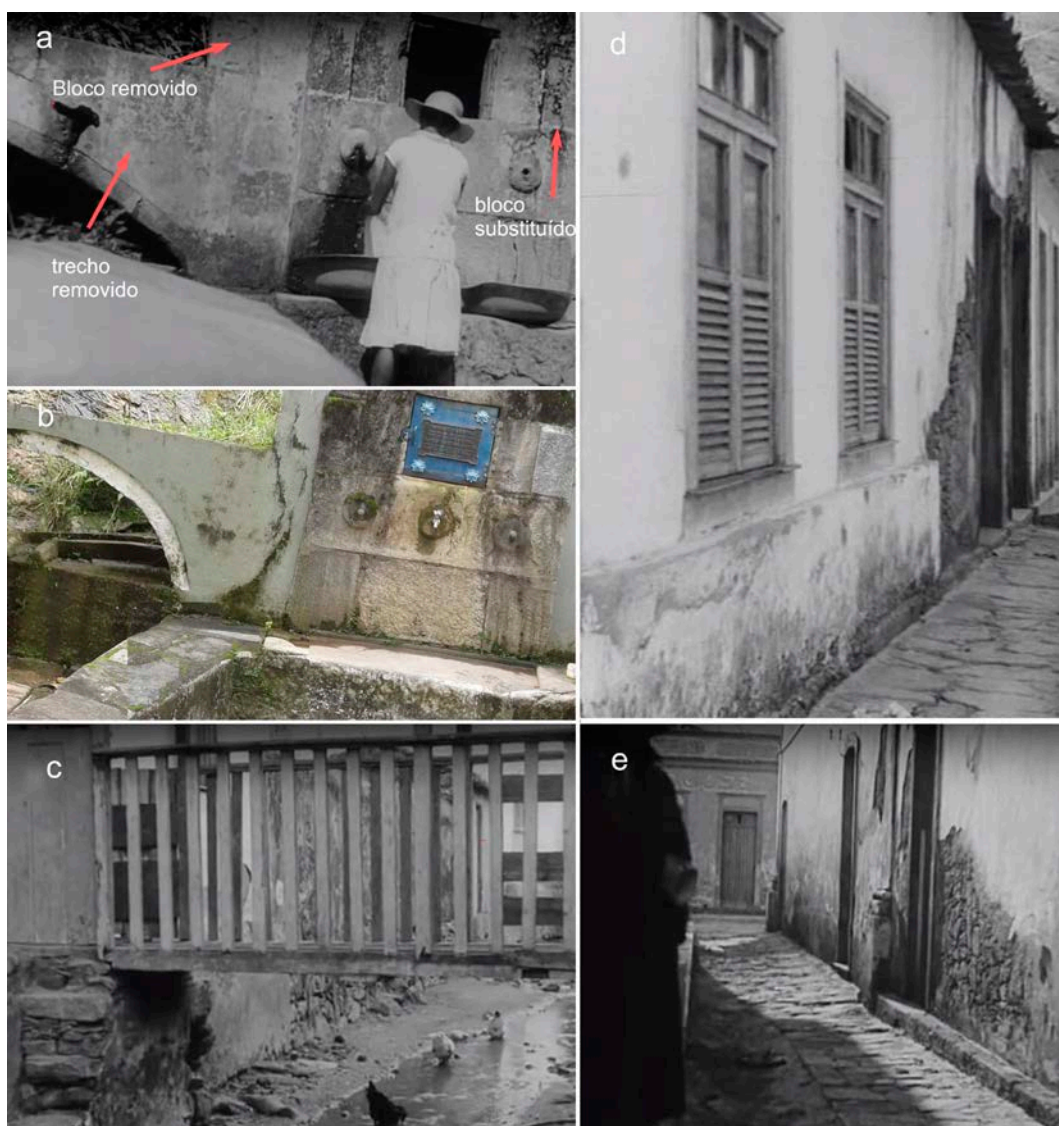


Figura 5. (a) Chafariz Imperial em 1930, em fotografia do filme Limite (Fonte: Peixoto, 1931), (b) Chafariz Imperial em 2017 (Fonte: fotografia do autor), (c,d,e) imagens do filme Limite ilustrando alvenarias, alicerces e pavimentos de pedra no ano de 1930 (Fonte: Peixoto, 1931).



Figura 6. Ruínas de casa de pedra e cal. (a) Vista geral da construção; (b) detalhe dos blocos de granito; (c) conchas em argamassa do revestimento (Fonte: fotografias do autor).

AS ANTIGAS PEDREIRAS

A abundância de rochas, a falta de estradas seguras e as dificuldades inerentes ao transporte de pedras não justificavam a exploração de pedreiras distantes da vila. Com base nessa premissa, os trabalhos de campo desta pesquisa enfocaram a zona interna ao anfiteatro formado pelas montanhas que circundavam o povoado. Dois sítios de exploração foram identificados nessa periferia (Figura 7). O primeiro está localizado nas proximidades

da Igreja Nossa Senhora da Guia (Área de Extração 1), e o segundo, nas encostas à leste de Mangaratiba (Área de Extração 2). Essas antigas pedreiras não foram identificadas em mapeamentos geológicos prévios (Sperling *et al.*, 1983; Guimarães, 1999) em razão dos estudos desses autores não incluírem a zona urbana que, como pode ser observado na Figura 7, avançou sobre as jazidas.

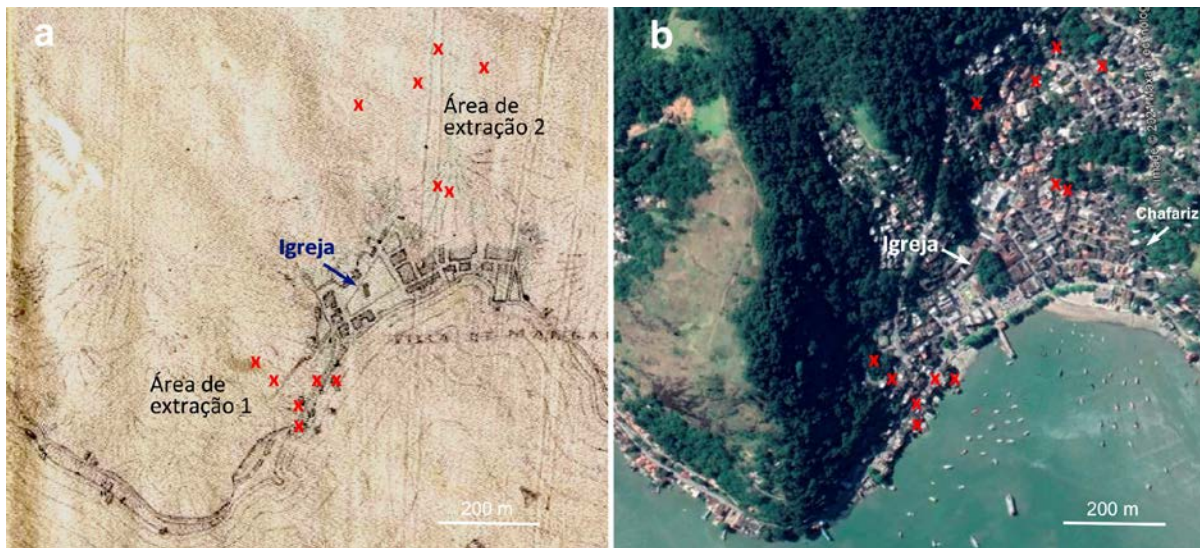


Figura 7. Localização de rochas com cicatrizes de pedreiras: (a) sobre mapa do engenheiro Edward B. Webb (1857) e (b) sobre imagem de satélite atual (Google Earth, 2021).

Tanto nas encostas como ao longo da Praia de Mangaratiba, a rocha mais comum é um granito correlato ao utilizado na produção do Cruzeiro de Pedra, designado Granito Mangaratiba por Castro *et al.* (1984). As cicatrizes de pedreiras (superfícies concavas produzidas por alavancamento, furos de cunhagem e perfurações tubulares) mais próximas à Igreja Nossa Senhora da Guia estão em rochas da praia, algumas das quais situadas abaixo da linha de preamar (Figuras 8a, 8b). No local, o granito é rico em enclaves parcialmente assimilados de gnaisses. Adjacentes aos enclaves ocorrem concentrações de megacristais de K-feldspatos, com dois a quatro cm, em arranjo semelhante ao observado nas zonas de ruptura do Cruzeiro de Pedra. Estruturas semelhantes foram analisadas por Almeida & Nascimento (2020) em Pedra de Guaratiba, a leste de Mangaratiba.

Os matacões a beira-mar foram a fonte das alvenarias utilizadas na construção da primeira igreja de Mangaratiba pois, segundo Monsenhor Pizarro o templo original teria sido erguido em 1700 com seixos da praia (Araújo, 1820). No passado, o termo “seixo” não tinha o significado hoje adotado na nomenclatura geológica. Em dicionário oitocentista da língua portuguesa, a palavra designava “pedra dura”, enquanto o termo matacão, hoje atribuído a rochas de maior dimensão, era definido como “seixo grande” (Pinto, 1833). Portanto, os seixos utilizados pelos índios na construção da capela correspondem aos matacões de granito que abundam na costa de Mangaratiba.

Além de constituírem jazidas, os matacões são importantes elementos estéticos da paisagem. Produzidos por percolação de água ao longo de fraturas, os blocos arredondados de rochas sofrem esfoliação esferoidal e desenvolvem faixas concêntrica que foram comparadas a rosas desabrochadas pelo geólogo Wilhelm Ludwig von Eschwege quando de sua passagem por Mangaratiba (Sommer, 1965).

Iniciando na praia, a Área de Extração 1 se estende pelas encostas ao norte da cidade (Figuras 8 f, 8g, 8j), ao longo da zona de contato entre o Granito Mangaratiba e a encaixante gnáissica. Trata-se de uma região rica

em enclaves de diferentes composições, incluindo gnaisses com composição e textura equivalente à rocha utilizada na fabricação das cantarias das janelas e da pia batismal da Igreja de Nossa Senhora da Guia (Figura 8j).

Entre a praia e a Estrada do Conguinho, cicatrizes de pedreira são observadas em núcleos rochosos semiocultos por edifícios (Figura 8c). Neles são encontrados cravos que compunham o sistema de ancoragem de cabos utilizados na descida dos blocos (Figuras 8 d, 8e). A Figura 9 ilustra essas rochas em três diferentes momentos: 1947, 2004 e 2020. Observa-se nas imagens que, em meados do século XX, as pedreiras ainda estavam fora da área urbana, existindo apenas três residências isoladas próximo ao local indicado pela letra F. Em 2004 a região das pedreiras já se encontrava completamente urbanizada, mas ainda era possível observar o contorno do núcleo rochoso indicado pela letra C, hoje totalmente oculto pelo casario. Moradores relatam que em algumas residências essas rochas desempenham, hoje, a função de piso ou parede.

O núcleo granítico designado pela letra E na Figura 9 exhibe em seu topo superfícies curvas típicas de extração de blocos. Em sua base são encontradas estruturas singulares produzidas por perfurações paralelas feitas com barras de metal, uma das quais preservada na rocha (Figuras 8 h, 8i). A grande proximidade entre as perfurações revela a intensão de evitar fraturamento dos blocos, permitindo a retirada de placas íntegras como as requeridas para uso em cantaria. Há oito bancas de extração, sendo que a inferior está parcialmente soterrada. Defronte a essa extração (letra F, Figura 9) as casas encobrem um paredão onde granito exhibe foliação definida por orientação de biotita ao redor de enclaves, em arranjo similar ao observado no Cruzeiro de Pedra.

A partir do Ponta do Caranguejo, nas proximidades do edifício da empresa VALE, inicia-se a exposição de gnaisses de composição granodirítica/tonalítica, de coloração cinza escuro, localmente migmatítico, com faixas milonitizadas contendo porfiroclastos de plagioclásio e microclina e, localmente, granada. Esses gnaisses são petrograficamente semelhantes às rochas que respaldam o Chafariz Imperial. No paredão gnáissico entre a Praia de Mangaratiba e a Praia do Saco são encontradas marcas tubulares de perfuração recente, com maior diâmetro, espaçamento de vários metros entre si e alteração irrelevante de superfície (Figura 8l). Sinais de antigas perfurações estão preservadas, contudo, no interior de uma das propriedades situada nas margens da avenida (Figura 8m).

O proprietário de uma residência posicionada onde, em 1947, estavam as casas isoladas no sopé da montanha (letra F na Figura 9), informou desconhecer o fato de ali ter existido uma pedreira e que seu pai, Jovino José Dias, nascido na mesma casa em 1905, também jamais fizera menção à existência de jazidas naquela região. Portanto, a exploração da Área de Extração 1 se deu em período anterior ao passível de ser memorados pelo senhor Dias, ou seja, antes do início do século XX.

A Área de Extração 2 situa-se nas encostas a leste da antiga vila de Mangaratiba. Nessa região os matacões de granito também preservam diferentes tipos de cicatrizes (Figuras 8a a 8t) e, em um deles foi encontrado um pixote encravado (Figura 8t). O granito nessa região é estruturalmente mais homogêneo, não exibindo a abundância de enclaves observada na Área de Extração 1. As variações texturais são caracterizadas por aumento local de granulação, orientação de fenocristais de feldspato e ocorrência de bolsões de microclina.

Os textos de Monsenhor Pizarro sinalizam que a exploração da Área de Extração 1 teve início na passagem do século XVII para o século XVIII. É presumível que a mineração na Área de Extração 2, mais afastadas da vila e topograficamente mais elevada, tenha iniciado posteriormente, talvez durante o aumento da demanda no Ciclo Cafeeiro.

O formato cilíndrico das perfurações e as barras de metal preservadas revelam o uso de ferramentas que, no passado, tinham alto custo. A dificuldade em se obter equipamento para extração de rochas durante o século XVIII pode ser deduzida da declaração de Monsenhor Pizzaro de que a construção do templo seguia em ritmo lento por falta de recursos financeiros (Araújo, 2008). Esses recursos seriam, provavelmente, destinados a compra de ferramentas, pois pedras, conchas e argila, que eram materiais essenciais à construção, eram abundantes em Mangaratiba. Segundo Pizarro, foi a falta de instrumentos que levou ao uso de rochas da praia, de mais fácil extração, para erguer as paredes do primeiro templo e teria sido o próprio padre Salvador Francisco da Nóbrega quem transmitiu aos índios a técnica de fabricação de cantarias (Araújo, 1820; Silva 1879).



Figura 8. Área de Extração 1: (a), (b) granito com enclaves de gnaisses e marca de perfuração a beira-mar; (c) pedra semioculta por construções, (d,e) ganchos de ancoragem, (f) furos de cunhagem, (g) superfície produzida por retirada de bloco, (h) bancas de extração, (i) detalhe de (h) com barra de metal, (j) mega enclave de gnaisse potfiroclástico, (l) perfuração moderna, (m) barra de metal preservada. Área de Extração 2: (n,o,p) superfícies curvilíneas produzidas por remoção de blocos, (q) perfuração cilíndrica, (r) construção sobre bloco cortado, (s) corte cúbico, (t) pixote encravado (Fonte: fotografias do autor).

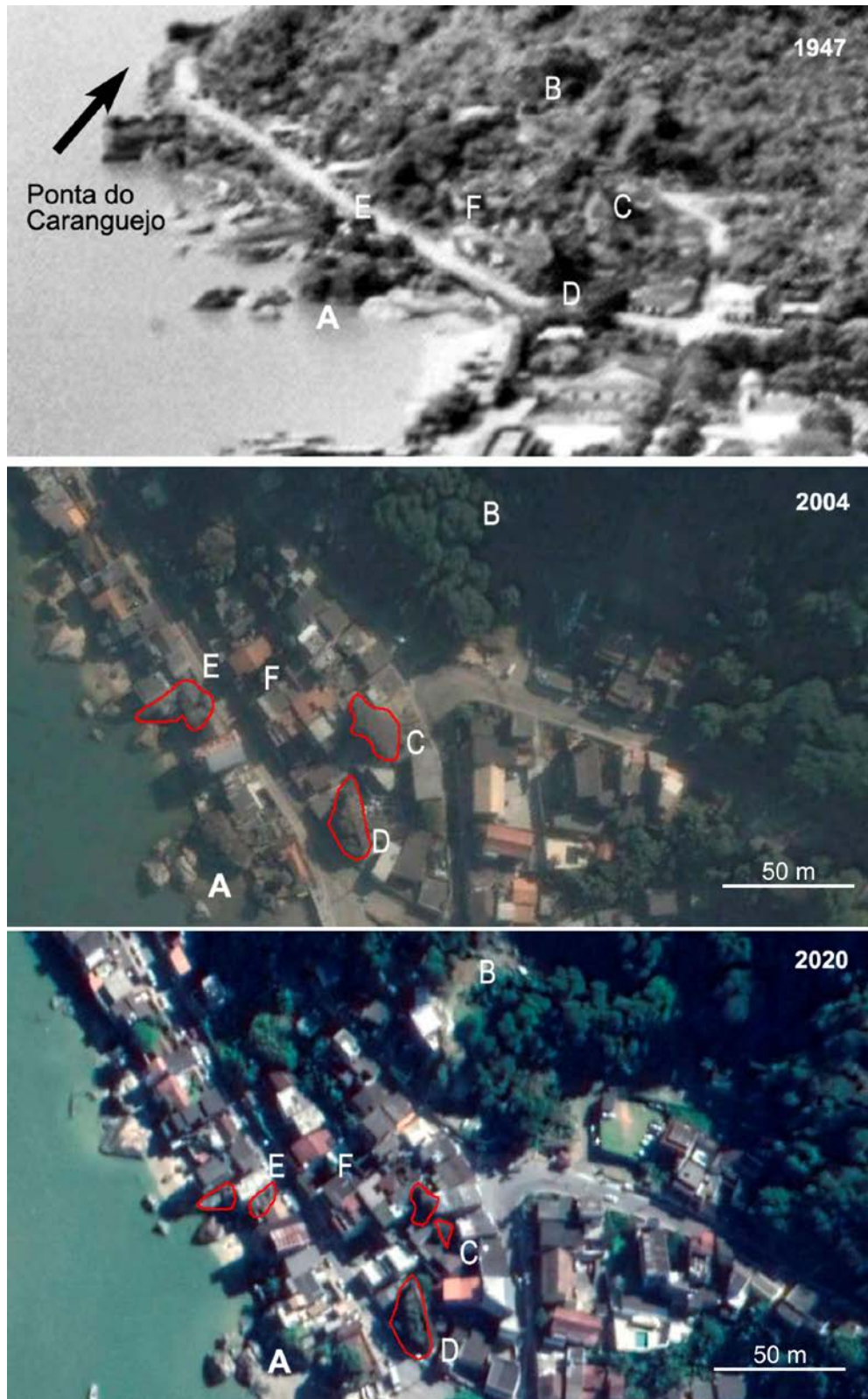


Figura 9. Localização de afloramentos e matações com cicatrizes de pedreiras na Área de Extração 1 em (a) 1947, (b) 2004 e (c) 2020 (Fonte: fotografias do autor).

Há indícios de que as pedreiras da Área de Extração 2 se mantiveram ativas nas primeiras décadas do século XX. Jornais relatam acidentes na Pedreira de Mangaratiba em 1914, ano em que a linha férrea chegou à cidade (Explosão em uma mina, 1914). Em 1920, a mesma pedreira, localizada às margens da ferrovia,

pertencia a empresa Silva & Vasconcellos, constituída para atendimento às obras de muros das estações ferroviárias de Bento Ribeiro e de Marechal Hermes, no Rio de Janeiro (Os Muros da Central, 1920a). Anúncios de contratação de encunhadores, cavouqueiros e trabalhadores com prática em pedreiras, indicavam o prédio da estação ferroviária, localizado junto à praia, nas proximidades da Área de Extração 2, para apresentação dos candidatos (Precisa-se de encunhadores, 1920).

A jazida da Pedreira de Muriqui, no distrito homônimo, explorada até o século XXI (Ambrósio, 2012; Secretaria de Fazenda, 2021), também funcionou nas margens da ferrovia, mas é de idade mais recente, como comprovam anúncios de venda de lotes do Balneário Muriqui que, em 1964, garantiam a valorização dos mesmos em função de estarem defronte a “nova” Parada da Pedreira (Balneário Muriqui, 1964).

Em 1920, a Pedreira de Mangaratiba foi envolvida em um escândalo quando seus proprietários, João Maria da Silva Júnior e Oscar Vasconcellos registraram queixa na 23ª delegacia do Distrito de Madureira contra o engenheiro Henrique Pereira da Silva, encarregado da compra de rochas a serem usadas na construção de muros das estações ferroviárias de Bento Ribeiro e Marechal Hermes. O pagamento à Silva, Vasconcellos & Cia era realizado com base no volume de pedras medido nos muros construídos, mas os proprietários constataram diferenças significativas entre volumes entregues e valores medidos. A polícia localizou as rochas não computadas em uma olaria de Bento Ribeiro, ali deixadas por um funcionário do engenheiro como pagamento de uma compra de saibro. Descobriu-se, também, que escambos semelhantes haviam sido realizados com outros comerciantes locais. Henrique Pereira da Silva defendeu-se das acusações pela imprensa, afirmando que o saibro seria usado nas obras dos muros e acusou Silva e Vasconcellos de terem acumulado prejuízos por não terem experiência com mineração. De acordo com o engenheiro, a mesma pedreira era explorada de forma eficiente em outro lado por J. Moreira, que também fornecia rochas à Central do Brasil (Dos muros da Central, 1920; Os muros da Central, 1920a).

Nesse período a cidade do Rio de Janeiro possuía várias pedreiras ativas e a aquisição de rochas de Mangaratiba para uso em Bento Ribeiro, a quase 80 km de distância é, de fato, difícil de ser justificada. O caso se encerrou com a retirada da queixa por Silva e Vasconcellos que declararam ter sido a acusação um equívoco. Henrique Pereira da Silva, por sua vez, assinou documento onde se comprometeu a não processar a pedreira por falsa acusação. J. Moreira também teve seu contrato cancelado, sob a alegação de que sua empresa, atuando sozinha, não seria capaz de fornecer o volume necessário de rochas (Os Muros da E.F.C. Brasil, 1920). Em 1923, Silva, Vasconcellos & Cia. protocolaram uma proposta de venda da Pedreira Mangaratiba à Estação Ferroviária Central do Brasil, que recusou a oferta (E. F. Central do Brasil, 1923). Em 1926, a pedreira ainda estava ativa (Central do Brasil, 1926).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel desempenhado pelas pedreiras na história das cidades brasileiras costuma ser desconhecido por sua população. Com o passar do tempo os vestígios das antigas lavras desaparecem, seja pelo avanço da urbe, seja pela formação de novas frentes de extração. Além do desconhecimento da história da mineração, os profissionais a ela dedicados não são percebidos com a devida consideração pela sociedade, a despeito de seu papel no desenvolvimento das cidades.

Em Mangaratiba, as rochas foram emblemáticas do período de transição da aldeia indígena para uma vila com predomínio de moradores de origem europeia que optaram por substituir as casas de pau-a-pique por

construções de pedra e cal. O uso extensivo de alvenarias de pedra coincidiu com as transformações econômicas e sociais advindas da instalação das culturas de café na região.

Duas áreas de mineração foram identificadas na periferia do centro de Mangaratiba. A Área de Extração 1, mais próxima da vila, é, provavelmente, a mais antiga. Nessa região, os granitos são ricos em enclaves de dimensões e composições diversas e possuem fácies foliadas, formando um conjunto petrograficamente semelhantes ao das rochas utilizadas nas obras investigadas. A Área de Extração 2, além de mais distantes do povoado, é dominada por matacões de granito relativamente homogêneos, sem enclaves e sutilmente distintos das rochas usadas na produção de cantarias. A mineração dessa área, ou pelo menos de seus terrenos mais elevados, ter-se-ia iniciado posteriormente à exploração da Área 1, e manteve-se ativa durante as primeiras décadas do século XX, escoando sua produção pela linha férrea, como revelado pelos jornais da Corte. Fotografias e mapa topográfico (IBGE, 1973) revelam que essa região permaneceu fora da zona urbana até a década de 1970.

Além de serem usadas como alvenaria, as rochas locais foram trabalhadas como cantarias compondo os principais monumentos de Mangaratiba, incluindo o Cruzeiro de Pedra, ao qual a tradição popular atribui uma origem portuguesa. O Granito Guaratiba, rocha predominante nas encostas que circulam a cidade, foi a rocha mais utilizada. Seu uso é explicado não apenas pela maior abundância e homogeneidade, mas, também, por ocorrerem como matacões, que são extraídos mais facilmente que as rochas dos grandes maciços gnáissicos encaixantes.

Até a década de 1970, quando foi construída a Rodovia Rio-Santos, os contornos da antiga vila haviam sido pouco modificados. Posteriormente, as antigas pedreiras foram absorvidas pela cidade e sua existência esquecida, mas a interrupção da exploração permitiu que cicatrizes de extração fossem preservadas, transformando essas rochas em registros arqueológicos que revelam o uso de diferentes técnicas e instrumentos ao longo do tempo. Esses sítios, hoje semiocultos pelo casario que avançou sobre as encostas, em muitos casos de forma irregular, estão em locais geotecnicamente instáveis, sujeitos a deslocamento de terra e de matacões. Esse crescimento desordenado da cidade foi acompanhado da destruição de grande parte do casario oitocentista da cidade e, apesar das campanhas de conscientização realizadas desde a década de 1980, as antigas construções de pedra continuam sendo descaracterizadas.

Por fim, as rochas de Mangaratiba também tiveram um papel peculiar na produção de café. Segundo o Barão Eschwege, os rochedos de granito também eram usados para secagem dos grãos. Os habitantes não só esparramavam o café sobre os lajedos naturais, como construíam cercas de pedras em suas margens, a fim de segregar os grãos, pois a rocha aquecida pelo sol oferecia a vantagem de não transmitir umidade ao café e, assim, secá-lo mais rapidamente (Sommer, 1965).

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. & Nascimento, C. W. R. (2020, Mar). Granitos de Pedra de Guaratiba, RJ: variações faciológicas e evidências de acumulação de megacristais por segregação mecânica em zona de enclaves. *Revista Geociências*. 39 (3): 661-674.
- Ambrósio, F. S. A.S. (2012). *Transcrição da Audiência Pública do Projeto Capacitação Nominal da Ilha Guaíba (TIG)*, realizada em Mangaratiba/RJ em 28 de agosto de 2012. Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

- Araújo, J. P. S. A. (1820). *Memórias históricas do Rio de Janeiro e Províncias Anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.
- Araújo, J. P. S. A. (2008). *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de monsenhor Pizarro - 1753-1830*. Inventário da arte sacra fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC
- Assembleia Legislativa Provincial. (1862). *Annaes - Sessão de 21 de outubro de 1862*, Tomo II. Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. p. 124
- Assembleia Legislativa Provincial (1885). *Annaes - Sessão de 27 outubro de 1885*, Tomo I. Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. p. 487
- Assembleia Provincial. (1856). Sessão de 23 de setembro. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro. Ed. 263, 24 set., p.1
- Assembleia Provincial. (1856b). Sessão de 14 de outubro. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ed., 286, 15 out., p.1
- Assembleia Provincial. (1857). Sessão de 24 de agosto. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ed. 236, 27 ago., p.2
- Assembleia Provincial. (1872). Sessão de 03 de outubro de agosto. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ed. 276, 4 out., p.3
- Balneário Muriqui. (1964). *Diário de notícias*. Rio de Janeiro, ed. 12613, 1º de jan, p. 15.
- Barcelos, M.M. (1959, Mar). Ocupação humana e aproveitamento do município de Mangaratiba. *Revista Brasileira de Geografia*. 21 (1): 63-102.
- Barreto, A. (1958). *Fortificações do Brasil*. Resumo Histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Bondim, M. (2014). *História da Cidade de Mangaratiba*. Do arraial tupiniquim ao cenário de Limite. Fundação Mário Peixoto. Rio de Janeiro: Letras e Versos.
- Bondim, M. (2015). História, Luta e Colonização. Prefeitura da Cidade de Mangaratiba. Disponível em: <http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina/historia.html>
- Brandão, P. J. P. (1936). Mangaratiba. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. 34:127-130.
- Carrazzoni, M. E. (1987). *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura Editora.
- Castro, E. (2012). *Os Cupins*. Apontamentos da história de Mangaratiba. Rio de Janeiro: Clube dos Autores.
- Castro, H.O; Queiroz, M.A.; Barbosa, L.; Pinto, C., Rodrigues, D.; Paiva, M., Sad, G.; Silva, R.; Rolim, V. (1984). Geologia das Folhas Pirai, Paracambi, Itaguaí/Marambaia, 33º In: *Congresso Brasileiro de Geologia*. Rio de Janeiro. Brasil. 5:2368-2379.
- Central do Brasil. (1926). *Correio da Manhã*. Ed. 9579, 16 abr., p.8.
- Chronica dos Fatos. (1914). *O Paiz*. Ed. 1308, 15 jan., p. 4.
- Dantas, L. A. (1934). *São João Marcos da Região de Campo Alegre*. In: Instituto Brasileiro do Café. *O Café no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Editora do Departamento Nacional do Café.
- Dos muros da central tem saído muita pedra. (1920). *A Noite*. Ed. 3181, 17 out., p. 5.
- É Fantástico! De um forte abandonado desaparecem canhões enquanto outro dormem a disposição dos ladrões. (1916). *A Noite*. Ed. 1610., 14 jun., p.1
- E. F. Central do Brasil. (1923). *Jornal do Brasil*. Ed. 5, 6 de jan. p. 10.
- Estrela, G. F. (2017). *Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média Portuguesa*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- Explosão em uma mina. (1914). A mão direita decepada e outros graves ferimentos. *Jornal do Commercio*. Ed. 1308, 14 de jan., p. 1
- Flexor, M. H. O. (2008). *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional.
- Guimarães, M. T. (1999). *Geologia, Petrografia e Geoquímica do Complexo Granítico Mangaratiba - Conceição de Jacareí, RJ*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói
- IBGE (1948). *Sinopse Estatística do Município de Mangaratiba Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural- Patrimônio Cultural Bens Tombados. (1983). Disponível em: < http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/114.
- Laemmert, E. (1847). *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1847*. Rio de Janeiro: E.H. Laemmert.
- Laemmert, E. (1852). *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1852*. Rio de Janeiro: E.H. Laemmert.
- Laemmert, E. (1858). *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1858*. Rio de Janeiro: E.H. Laemmert.
- Mangaratiba cidade joia imortalizada por Pancetti. (1969). *O Fluminense*. Niterói, ed. 22405, 11 abr., p. 15.
- Mar, Rios e Cachoeiras. (1968). *O Jornal*. Rio de Janeiro. ed.14242, 3º Caderno, 3 mar. p. 1.
- Medeiros, A. M. (1966) *Mangaratiba, Rio de Janeiro*. Monografias IBGE, Série B, no 85. Conselho Nacional de Estatística
- O Futuro do Passado. (1988). *O Globo. Caderno Zona Oeste*. Rio de Janeiro. 2 out. p. 21.
- Ornamentação da festa da Padroeira de Mangaratiba derruba Cruzeiro de Pedra, marco histórico da cidade. (2013). *Notícias Rota Verde*. Mangaratiba, 9 set. Disponível em: <https://fabiopontes.wordpress.com/2013/09/09/ornamentacao-da-festa-da-padroeira-de-mangaratiba-derruba-a-cruz-de-pedra-marco-historico-da-cidade/>.
- Os Muros da Central. 30\$000:00 de pedras desviados. O empreiteiro Henrique Pereira da Silva, só comprou 25:828\$950 e pagou 26:400\$170. (1920). *A Noite*. Ed. 3184, 20 out., p. 7.
- Os Muros da E.F.C. Brasil. 30\$000:00 de pedras desviados. (1920). *Correio da Manhã*. Ed. 7903, 20 out., p. 6.
- Mangaratiba quer valorizar turismo. (1968). *Correio da Manhã*, ed. 2289, 17 de mar. p. 28.
- Peixoto, M. (Diretor). (1931). *Limite*. Direção Mário Peixoto. Brasil: Cinédia.
- Pinto, L. M. S. (1833). *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva.
- Pires, A. (1954, Ago). A Fortaleza de N. S. da Guia. *Vida Doméstica*. 437: 106-107.
- Pohl, J. E. (1976). *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Precisa-se de encunhadores, cavouqueiros e trabalhadores com experiência. (1920). *Jornal do Brasil*. Ed. 162, 12 jun., p. 2.
- Prefeitura Municipal de Mangaratiba. (2019). Lei 1.208 de 06 de junho de 2019. Dispõe sobre a lei de tombamento municipal do Município de Mangaratiba e dá Outras Providências.
- Ranel, H. (2019) Cruzeiro de Pedra de volta ao seu povo. Prefeitura Municipal de Mangaratiba. 26 ago. Disponível em: <https://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoport/noticias/cruzeiro-de-pedra-de-volta-ao-seu-povo.html>.

- Saint-Adolphe, J. C.R M (2014). *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo, Império do Brasil*. v. 1. Tradução de Caetano Lopes e Moura. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Secretaria de Fazenda. (2021). Serviço de Consulta de Inscrição e Situação Cadastral. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>. 2021.
- Sessão da Camara (1833). Sessão de 14 de maio de 1833. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro. Ed. 1, p. 153.
- Silva, J. N. S. (1854). Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*. 17: 109-300
- Silva, V. (1879). *Estudos Históricos. Memória Histórica sobre a Villa de Mangaratiba*. Viana do Castelo: Ed. Vianna.
- Sommer, F. W. (1965). Contribuição a história da geologia do Rio de Janeiro e arredores. *Revista Delfos*. 5: 57-71.
- Souza, (1885). Fortificações no Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil*. 48 (2): 5-140
- Sperling, E.; Batalzar, O.; Vieira, V.S. (1983). *Folha Mangaratiba, Ilha Grande, Cunhambebe, Angra dos Reis, Rio Manbucaba/Campo da Cunha. Parati, Cunha, Pinguaba, Juatinga*. CPRM. Relatório Final. V. II. Parte I. Anexos. Mapas Geológicos e de Caminhamento.
- Taunay, A. (1939). *História do café no Brasil Imperial (1872-1889)*. Vol. 7 Tomo V. Rio de Janeiro: Ed. Departamento Nacional do Café.
- Taunay, A. (1945). *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Departamento Nacional do Café.
- Vianna, R. (2009). *Mangaratiba*. Guia Cultural do Rio de Janeiro. Edição 16. Rio de Janeiro: Camara Cultural. 28 p. 2009
- Webb, E. B. (1857). *Planta da primeira seção da Estrada de Mangaratiba*. Mapa com 38,2 x 145,6 cm. Acervo da Biblioteca Nacional.